



A democracia na América, de Alexis de Tocqueville: Uma leitura para a história da educação¹

Democracy in America, by Alexis de Tocqueville:
A reading for the history of education

Maria Helena Camara Bastos
mhbastos@puccrs.br
Eduardo Arriada

Resumo: O século XIX inaugura os estudos comparados; Tocqueville foi um comparativista, situando-se nos diferentes níveis da realidade social – dos elementos micro ao macro, para integrá-los finalmente em uma relação global. É considerado um pioneiro e igualmente um clássico da sociologia comparada. Na área da educação e da história da educação, a obra de Tocqueville é significativa para os estudos de educação comparada. O estudo apresenta o autor e sua obra, e analisa alguns conceitos-chave para a compreensão da história da educação no século XIX. Isto é, para a consolidação de um projeto de educação pública – educação para todos, universal, gratuita, obrigatória, laica, em que o Estado assume o papel de educador, buscando governar os espíritos por palavras e formas, especialmente através da escola.

Palavras-chave: século XIX, instrução pública, educação comparada, história comparada da educação.

Abstract: The 19th century inaugurates comparative studies. Tocqueville was a comparatist and situated himself at the different levels of social reality – from the micro to macro elements, in order to finally integrate these elements in a global relation. He is considered a pioneer as well as a classic of comparative sociology. In the areas of education and history of education the work of Tocqueville is significant for the studies of comparative education. This essay presents the author and his work, and analyzes some key concepts for the understanding of the history of education in the 19th century, i.e., for the consolidation of a project of public education – universal, gratis, mandatory, lay education for all, in which the state takes on the role of the educator, trying to govern the spirits by words and forms, especially through the school.

Key words: 19th century, public education, comparative education, comparative history of education.

Introdução

Em 2005, ano em que se comemorou o bicentenário de seu nascimen-

to, Alexis de Tocqueville (1805-1859) foi objeto de muitos estudos, conferências, colóquios e publicações. Depois de ficar por muito tempo esque-

cido, na segunda metade do século XX, há uma nova recepção de sua obra na França, especialmente no campo das ciências sociais. Consi-

¹ Este estudo integra a linha de pesquisa "Educação Brasileira e Cultura Escolar: análise de discursos e práticas educativas (séculos XIX e XX)" e, especialmente, a pesquisa "O Ensino Laico e a Liberdade do Ensino no Brasil: discursos e ações (1854-1889)". O texto resulta, em parte, de pesquisa realizada durante estágio como professora convidada do Service d'Histoire de l'Éducation/INRP-França (abril a junho de 2005).

derado um dos “fundadores” da sociologia, Tocqueville será reconhecido pela primazia da política e, mais precisamente, do “fato democrático”, como “o primeiro politicólogo contemporâneo”, em que liberdade e igualdade não são opostas, mas compatíveis (Lardinois, 2000, p. 89).

Muitos ainda ficam perplexos pelo fato da obra de Alexis de Tocqueville continuar sendo editada, e, mais do que isso, lida. Alguns julgam a pertinência e o interesse pelo autor, uma renovação das idéias liberais, o constante questionamento e os estudos relativos à Revolução Francesa, marcante no ano do seu bicentenário. Para Boudon (1993, p. 6), essa volta de Tocqueville² se explica pela crise do marxismo e pela influência crescente, nas últimas décadas do século XX, do pensamento liberal³.

No fim dos anos 1950, Raymond Aron o vê como um “sociólogo comparatista e liberal”; André Burguière o vê como um homem de ação e de reflexão sobre a especificidade política de seu tempo. Nos anos de 1980, suas idéias passam a ocupar um lugar de destaque com a crise dos paradigmas marxistas. Lentamente, é metamorfoseado como o “profeta de uma esperança democrática renovada” (Weil, 2005, p. 13). No final dos anos 1990, Tocqueville também tem sido retomado como o teórico da continuidade histórica, no amplo sentido do termo. Toda essa ebulição em torno do autor remete à necessidade de ensaiar uma leitura cultural de sua obra, e quem sabe uma leitura para a história da educação, e não somente sociopolítica. A grande convicção que domina sua obra e marca de certa forma o seu pessimismo e resignação frente à

sua visão de história, “é que há contradição e, no limite, incompatibilidade entre a liberdade e a democracia” (Burguière, 1993, p. 747).

Ao longo do século XIX, a Europa e a França, em particular, são onipresentes na América Latina, nos discursos e no conjunto da esfera pública. As elites intelectuais olham com intensidade para a França, buscando suporte para os regimes políticos, a legislação, a maneira de viver a religião ou a laicidade, a arte, a moda, as sociabilidades e tantos outros elementos (Rolland, 2003, p. 13). Gradativamente, os Estados Unidos da América também passam a ser objeto de interesse da elite brasileira, especialmente através de um olhar francês dessa realidade (Bastos, 2000; 2002).

Hobsbawm (1988) considera o século XIX como o século das revoluções, transformações, mudanças. Nada parece deter ou impedir o avanço avassalador das nações capitalistas. Século diríamos da definitiva supremacia humana sobre a natureza, para o bem ou para o mal. As marcas do movimento iluminista permanecem, embora a herança do Antigo Regime e a ideologia de 1789 ainda se façam presentes. Estamos em plena era das nações, do progresso, da ascensão plena da burguesia.

Mesmo após a era revolucionária e napoleônica, as formas de vida e pensamento são ainda em grande parte herdeiras de um passado não tão distante assim. Assistimos a uma progressiva transformação nas técnicas de fabricação e transporte. Os espíritos, perturbados pela grande comoção política e social, hesitam, e a reação prossegue. Continua o

debate entre a ordem tradicional e o liberalismo burguês, a inquietude é avivada pelo espetáculo do pauperismo urbano, que engendra obras desiludidas ou sistemas utópicos. Paralelamente, como esclarece Schnerb (1961, p. 11), “apresenta-se uma grande novidade técnica: o vapor entra a serviço do Ocidente, e beneficia-o com comodidades e meios há pouco insuspeitos. Em consequência, a Europa poderá atirar-se, com novo vigor, à conquista do mundo, enquanto os americanos concluirão a da América”.

No início de 1848, de acordo com Hobsbawm (1988, p. 29), o eminente político francês Alexis de Tocqueville tomou a tribuna na Câmara dos Deputados para expressar sentimentos que muitos europeus partilhavam: “Nós dormimos sobre um vulcão... os senhores não percebem que a terra treme mais uma vez? Sopra o vento das revoluções, a tempestade está no horizonte.” Esse é o momento histórico vivido por Tocqueville.

Mélonio (1998, p. 190) descreve que a França, no século XIX, não se singulariza nem pela revolução industrial, mais precoce na Inglaterra, nem pela reivindicação de igualdade de condições. Para o autor, os franceses exportam suas revoluções e seus imortais princípios, mas importam a filosofia ou o direito germânico, a economia política inglesa, a política americana, para melhor se renderem à humanidade.

No Brasil, a presença de Tocqueville é rica e diversificada⁴. No século XIX, sua influência é forte sobre os políticos (Vélez Rodriguez, 1999, p. 147). No século XX, seu pensamento é objeto de estudos acadêmicos, sendo submetido a interpretações variadas⁵. Os políticos, es-

² Societé Tocqueville, fundada em 1976 (Canadá/França), com o objetivo de reunir os especialistas das diversas ciências sociais dos dois lados do Atlântico, de forma a estimular a cooperação intelectual de observação recíproca na tradição de Tocqueville. Publica *La Revue Tocqueville/The Tocqueville Review*, que está no volume 25, com dois números anuais. Também no Brasil é criada a Sociedade Tocqueville (Brasília/Rio de Janeiro), em 1986, tendo como presidente e fundador José Osvaldo Meira Penna.

³ Sobre a tradição liberal, ver Losurdo (1998).

⁴ A obra *De la démocratie en Amérique* (1888) compõe o acervo de obras raras em francês do Centro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (Tourneau, 2005, p. 160).

⁵ No Brasil, *Democracia na América* é somente traduzido e publicado em 1962 (Itatiaia, 2 volumes), reeditada em 1977 (Itatiaia/EDUSP), com um estudo introdutório de Neil Ribeiro da Silva. Até então, ficou quase ausente do meio intelectual e político brasileiro, tendo em vista a forte tradição positivista. Outra edição, mais resumida, data de 1969 (Cia. Editora Nacional), com revisão de Anísio Teixeira (Vélez Rodriguez, 1999, p. 161). Em 1983, nova edição da obra pela Itatiaia, com reedição em 1987, 1998, com apresentação de Antonio Paim.

pecialmente do Segundo Império (1841-1889), buscam nas doutrinas francesas, notadamente em Guizot (1787-1874), importantes elementos teóricos para a prática de um liberalismo conservador, que constitui a referência dominante da cultura política do país. Tocqueville será, neste contexto, um contraponto liberal ao conservadorismo dos doutrinários, particularmente no que concerne à defesa da incondicional da liberdade diante do Estado centralizador, e os conceitos de *self-government*, democratização do sufrágio, descentralização administrativa, a luta contra a escravidão, a defesa das minorias, a liberdade de imprensa, etc. A apropriação das idéias de Tocqueville, notadamente do modelo americano de sociedade, tem “dupla ação” – de instrumentalização e de adesão, tanto pelos liberais de oposição (Tavares Bastos⁶, Tobias Barreto) como pelos liberais conservadores (Paulino Soares de Souza/Visconde do Uruguay). Além desses políticos, também foram leitores⁷ de Tocqueville: José de Alencar, Rui Barbosa⁸, Rangel Pestana⁹, Lourenço Filho¹⁰.

O século XIX inaugura os estudos comparados; Tocqueville foi um comparativista, situando-se nos diferentes níveis da realidade social – dos elementos micro ao macro, para integrá-los finalmente em uma relação global. É considerado um pioneiro e igualmente um clássico da sociologia comparada. Na área da educação e da história da educação, a obra de Tocqueville é significativa para os estudos de educação comparada¹¹.

O presente artigo objetiva apresentar o autor e sua obra, analisar alguns conceitos-chave que possam contribuir para a história da educação, no século XIX, isto é, para a consolidação de um projeto de educação pública – educação para todos, universal, gratuita, obrigatória, laica, em que o Estado assume o papel de educador, buscando governar os espíritos por palavras e formas, especialmente através da escola. Que contribuições podemos tirar dessa obra, tendo como foco a construção de um projeto para a educação brasileira na segunda metade do século XIX?

Alexis de Tocqueville (1805-1859): alguns elementos biográficos

Nasce em Paris, em 29 de julho de 1805, filho de família tradicional francesa, pertencendo à antiga nobreza da Normandia. Faz a Faculdade de Direito em Paris, concluindo seus estudos em 1825. Ingressa na Magistratura como juiz-auditor, em Versalhes, onde seu pai era prefeito.

Em sua formação, vai ler os filósofos do século XVIII – Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Thiers –, expressivos na biblioteca de seu pai, que provavelmente contribuíram para a elaboração de sua tese sobre a igualdade das condições sociais.

Seguindo uma tendência em voga, desde o final do século XVIII e início do século XIX, Tocqueville também

realiza viagens¹². Em 1827, acompanhado do irmão, vai à Itália, onde começa a observar e se interrogar sobre o despotismo, a liberdade, a aristocracia, o povo, que constitui seu objeto de estudo.

Em 2 de abril de 1831, realiza a viagem aos Estados Unidos da América (EUA), acompanhado do amigo Gustave de Beaumont, para estudar o sistema penitenciário e “ver grandes cidades e belos rios, [...] examinar em detalhe e também cientificamente todos os locais dessa vasta sociedade americana de que todos falam e que ninguém conhece” (Jardin, 1984, p. 100). O objetivo da viagem é estudar a democracia americana *in loco*, é a observação direta da sociedade americana, considerada um modelo novo de sociedade – “uma grande República”, e “das forças que a ligam e a fazem mover”. Além disso, como todo viajante europeu no Novo Mundo, as coisas exóticas fazem parte do seu projeto.

A viagem totalizou 286 dias, com chegada a Paris em março de 1832. Ao todo, foram 271 dias nos EUA, sendo que 140 deles em grandes cidades americanas. Compreendeu três momentos: Nova York e adjacências, de 11 de maio a 30 de junho de 1831; Boston, Filadélfia e Baltimore, de 9 de setembro a 22 de novembro de 1831; Washington e Nova York, de 18 de janeiro a 22 de fevereiro de 1832. Também foi ao Canadá. Antes de retornar à França, pensava passar

⁶ Quando lemos “A Província”, de Tavares Bastos, salta aos olhos a forte influência de Alexis de Tocqueville, em particular a questão da centralização e descentralização. Em diversas partes, um dos autores mais citados é Tocqueville. Tavares Bastos ressalta a grande importância que os costumes e hábitos do ponto de vista institucional poderiam ter sobre o “caráter nacional” de um povo. Deste modo, para Tavares Bastos, a obra *A democracia na América* possui uma importância vital, ao frisar que as leis e o ordenamento político-administrativo podem moldar uma sociedade e operar mudanças numa nação.

⁷ Gondra (2000, p. 468) na análise que faz das teses defendidas pelos médicos no século XIX, lista os autores referenciados. Na tese do Dr. Brito, há uma referência a Tocqueville.

⁸ Nos pareceres sobre o ensino primário, secundário e superior de Rui Barbosa (1882-1883) não se encontram referências explícitas a Tocqueville. Sobre Rui Barbosa e a educação, ver Bastos, 1999; Machado, 2002.

⁹ Sobre Rangel Pestana, ver Hilsdorf (2002).

¹⁰ Warde (2003, p. 159), no estudo sobre Lourenço Filho, faz uma análise sobre as influências que teve em sua formação: “os norte-americanos com os quais mantinha relações diretas e a presença de Tocqueville na biblioteca dos seus conterrâneos lhe deram gazuzas de *fabricação americana*. ‘A democracia na América’ serviu de espelho europeu até para os próprios americanos se enxergarem”.

¹¹ Em 1817, Marc-Antoine Jullien inaugura este gênero de estudo, na obra *Esquisse et vues préliminaires d'un ouvrage sur l'éducation comparée*, em que é apresentado um modelo de estudo a ser seguido e questões que o observador deve se fazer ao pretender conhecer outro sistema de educação. Sobre educação comparada, ver Nóvoa (1998 a, b), Frijhoff (1981) e Van Daele (1993).

¹² Diferentemente das peregrinações, as viagens visam conhecer os novos sistemas de organização social e política, as regiões geográficas inexploradas do globo, os povos e as culturas exóticas. Sobre o papel das viagens, ver Costa (2003).

primeiro pela Inglaterra, pois acreditava que essa estada permitiria compreender melhor as raízes da democracia americana, mas um surto de cólera o impediu.

Na volta da viagem, Tocqueville e Beaumont redigem o relatório *Système pénitentiaire aux Etats-Unis et son application em France* (1833), que dá aos seus autores uma certa notoriedade.

De agosto a setembro de 1833, empreende a viagem à Inglaterra, onde observa questões relativas à descentralização, o papel social da religião e estabelece contato com vários liberais. Na volta, começa a redação do livro *Democracia da América*, primeira parte, que é publicado em janeiro de 1835 (Editora Gosselin), tendo grande repercussão, com uma tiragem de seis mil exemplares até 1839. Em 1848, a obra já está na sua décima segunda edição. Recebe prêmio da Academia Francesa. Também tem sucesso no EUA e na Inglaterra, tendo recebido uma resenha amplamente favorável de John Stuart Mill, que o convida a colaborar na sua revista.

A obra resulta das observações *in loco*, de ampla pesquisa e de leituras realizadas antes e depois da viagem. Não pretendeu escrever um livro sobre os EUA, mas mostrar um país democrático à França. Tinha consciência de que a democracia americana não poderia ser um exemplo a ser imitado, tendo em vista o problema da escravidão.

A nação americana constitui, portanto, o terreno a partir de onde o autor elabora um estudo comparativo em relação à França. Parece-nos claro que, antes mesmo de iniciar a sua viagem, procurou analisar os Estados Unidos através de um duplo jogo de comparações. Primeiro, utiliza a comparação Inglaterra-Estados Unidos para compreender a relação entre aristocracia e democracia, fora do contexto revolucionário. Num se-

gundo momento, compara França e Estados Unidos, para poder entender e compreender os efeitos da destruição antecipada da aristocracia, ou seja, o impacto da revolução sobre a sociedade francesa. Desse modo, o que dá aos Estados Unidos seu valor central, quanto à Inglaterra, é a revolução democrática radical e, quanto à França, uma democracia radicalmente não revolucionária (Furet, 1993, p. 1227).

Como conclusão de sua viagem, Tocqueville destaca que o povo americano, em conjunto, é não só mais esclarecido, mas o é assim pela educação política, cuja prática é a mais avançada. Para ele, educar a opinião pública é criar um espírito cívico para as leis.

A segunda parte de *Democracia na América* é publicada em 1840, mas com uma característica mais abstrata, centrando-se na reflexão sobre o homem democrático, tendo o exemplo americano como ponto de partida de uma análise sobre a emergência e o futuro da sociedade democrática. Stuart Mill a considera a primeira grande obra de filosofia política consagrada à democracia moderna (Dubois, 1993, p. 12).

Ao longo de sua vida, empreende inúmeras outras viagens – Irlanda, Alemanha, Suíça, Argélia. Também exerce funções legislativas, sendo eleito deputado em 1839. A atividade como deputado é marcada por quatro projetos: o primeiro defende a abolição da escravidão (1839), o segundo preconiza o aprisionamento individual e a redução das penas, e os outros dois tratam da questão da Argélia. Em 1847, elabora um manifesto, de grande ressonância social, em que propõe a extensão progressiva do direito ao sufrágio, a gratuidade da escola, a limitação da jornada de trabalho, a ajuda pública e a redução dos impostos em favor dos mais pobres. Em 1849, assume o Ministério dos Negócios Estrangei-

ros, área em que sempre teve interesse, apesar de ter preferido o Ministério da Instrução Pública, entregue para Falloux.

As questões de educação também estiveram presentes nas falas e nos escritos de Tocqueville. Em janeiro de 1844, pronuncia um discurso na Câmara sobre a questão entre a Universidade e a Igreja: “Tenho por constante que a educação laica é a garantia da liberdade de pensamento. Creio firmemente que a Universidade deve ser o lugar principal dos estudos, e que o Estado deve conservar os direitos de vigilância das escolas que não dirige” (carta de Tocqueville a Bouchitté, 4 de fevereiro de 1844, *in* Gibert, 1977, p. 182). Paralelamente a esse pronunciamento, também se posiciona pela liberdade religiosa e pelo Estado laico, defende a liberdade de ensino e uma pedagogia pública promovida pelo Estado. Jules Ferry foi seu grande admirador.

É eleito membro da Academia de Ciências Morais e Políticas (1838) e da Academia Francesa. Também se consagra à redação de diversos ensaios. Sobre a pobreza, opõe-se à visão moralista dominante e desenvolve a idéia de que resulta da industrialização e sugere soluções coletivas, como a criação de associações operárias visando organizar a previdência. Em 1850, começa a redação de suas memórias, publicadas somente em 1893, depois da aposentadoria política dos principais protagonistas. Em 1856, publica *L’Ancien Regime et la Révolution*, em que busca compreender a sociedade francesa e a explosão revolucionária. É considerado um “estudo diacrônico” da democracia, enquanto *Democracia na América* é o “estudo sincrônico” (Dubois, 1993, p. 17).

Tocqueville morre de tuberculose em Cannes, em 16 de abril de 1859. Buscando fazer um retrato objetivo e claro do autor, Guellec (1996) o apresenta como um pensador livre e

iconoclasta, um ardente defensor da democracia. Seduzido pelo modelo político americano, interroga o seu tempo sobre o futuro da democracia na França e analisa os seus fundamentos. Coloca em cena o novo papel político do cidadão. Se em teoria “todos os homens nascem livres e iguais em direito”, a cidadania e o espírito igualitário se adquirem, na realidade, ao preço de muitos combates intermináveis. Mostra a passagem do indivíduo, submetido a um regime feudal e absolutista, “ao cidadão responsável, livre e autor da vida democrática”. Tocqueville se apresenta como um democrata de “cabeça”: “tenho pelas instituições democráticas um gosto de cabeça, mas sou um aristocrata por instinto” (Dubois, 1993, p. 13).

A obra completa de Tocqueville compreende 13 tomos e 22 volumes, que incluem os livros publicados em vida, mais fragmentos e notas inéditas sobre a Revolução Francesa, escritos e discursos políticos, notas de viagens e correspondências (Paim, 1998, p. III). Deixou uma obra permanente, particularmente *A democracia na América* e *O Antigo Regime e a Revolução*.

A democracia na América: uma leitura para a história da educação

Apesar dos objetos novos em que centrei minha atenção, durante minha estada aos Estados Unidos, nenhum se destacou mais que a igualdade de condições.

Tocqueville

Democracia da América fixa a imagem de uma grande república – “a esperança do mundo”. Para Mélonio (1998, p. 191), esse modelo americano é uma invenção francesa, que deve ser lido com moderação, como receitas constitucionais,

mas não modelo. A França será sempre a referência, o termo de comparação obrigatório, para pensar o futuro do país.

De acordo com Tocqueville, a principal finalidade da obra era fazer conhecer as leis dos Estados Unidos. Três coisas parecem concorrer para a manutenção da democracia. Primeiro, a forma federal que os americanos adotaram, pois “permite à União gozar do poder de uma grande república e da segurança de uma pequena”. Segundo, as instituições comunais, “que, ao mesmo tempo, moderam o despotismo da maioria, dão ao povo o gosto à liberdade e a arte de ser livre”. Por último, a estrutura do poder judiciário – “Já mostrei como servem os tribunais para corrigir os descaminhos da democracia, e como, sem jamais poder deter os movimentos da maioria, conseguem diminuir o seu ritmo e dirigi-los” (Tocqueville, 1977, p. 221).

Tocqueville elabora um estudo metódico das instituições de outro povo. Descreve e julga, tenta conciliar a objetividade, fundada na razão, e a paixão pela liberdade. Busca conceituar e observar a origem do caráter liberal da democracia americana, a partir de três focos, em ordem de importância crescente: a situação física, as leis (o federalismo, as instituições comunitárias, a constituição do poder judiciário), as tradições e costumes (conjunto das disposições intelectuais que os homens aportam no estado social).

Na primeira parte da obra, apresenta os costumes e a sociedade americana; na segunda parte, apresenta uma visão mais geral das sociedades democráticas e busca analisar as conseqüências sociais de uma sociedade democrática. Preocupado em fornecer informações concretas da sociedade americana, analisa detalhadamente as instituições sociais, o comportamento político dos cidadãos, o conhecimento e os di-

versos “produtos do espírito”, em relação com a sociedade global.

A obra não faz somente uma leitura social dos costumes, da sociedade política e da política da sociedade americana, mas também uma leitura cultural – arte, literatura, filosofia, ciências, religião – tudo marcado pela democracia que cria não somente uma cultura nova, mas também um tipo novo de homem (Gibert, 1977, p. 16). A igualdade dos costumes é para Tocqueville uma conquista política e uma evidência social.

Desde a Revolução de 1789, a França passa por inúmeras revoltas políticas, e Tocqueville se propõe a entender a idéia de democracia através de um governo livre em que a vontade do povo não pode ser desconsiderada. Suas estratégias discursivas traduzem um sistema de dupla negação, com uso de conceitos antinômicos, pré-construídos do discurso sobre o mundo social: aristocracia x democracia, liberdade x igualdade, hierarquia x nivelamento, patrão x operário, classes esclarecidas x povo, sociedades estáveis x mobilidade social, etc. (Lardinois, 2000, p. 86).

A seguir, apresentaremos alguns conceitos-chave da obra *Democracia na América* tendo como objetivo a contribuição para uma história da educação no século XIX.

Para Tocqueville, a democracia é uma nova forma de organização social, não só mudança de regime político. Resumidamente, para o autor, a democracia consiste no “desenvolvimento gradual e progressivo da igualdade”, permitindo a todos e a cada um, independentemente de diferenças hereditárias e de desigualdade de fortuna, atingir o bem-estar comum, graças especialmente à aquisição de riquezas materiais (Gibert, 1977, p. 17). É uma tensão entre a busca da igualdade e o respeito à liberdade – pública e privada. Para analisar a democracia como idéia-

chave, Tocqueville assim descreve o seu método:

Pour me faire comprendre, je suis sans cesse obligé de prendre des états extremes, une aristocratie sans mélange de démocratie, une démocratie sans mélange d'aristocratie. Il m'arrive d'attribuer à l'un ou à l'autre des deux principes des effets plus complets que ceux qu'ils produisent en general, parce qu'en general ils ne sont pas seuls. Le lecteur doit discerner dans mes paroles ce qui est mon opinion véritable de ce qui est dit pour la faire bien comprendre (*in* Dubois, 1993, p. 15).

Em diversas partes de sua obra, Tocqueville comenta a situação na França e na Inglaterra, para depois compará-la com a situação norte-americana. Vejamos: “A França, sob Luís XIV, viu a maior centralização governamental que já se pôde conceber, pois o mesmo homem fazia as leis gerais e tinha o poder de interpretá-las, representava a França no exterior e agia em seu nome. O Estado sou eu, dizia; e tinha razão. Entretanto, sob Luís XIV, havia muito menos centralização administrativa do que em nossos dias” (Tocqueville, 1977, p. 73). Quanto à Inglaterra, a centralização governamental é elevada a grau muito alto; em contrapartida, não tem centralização administrativa. “Pela minha parte, não me seria possível imaginar que uma nação pudesse viver, nem prosperar, sem uma forte centralização governamental. Creio, porém, que a centralização administrativa só serve mesmo para enfraquecer as nações que a ela se submetem, pois tende incessantemente a diminuir entre elas o espírito de cidade” (Tocqueville, 1977, p. 74). Em relação aos Estados Unidos, suas observações apontam que não existia absolutamente centralização administrativa. “Achamos ali apenas os vestígios de uma hierarquia. A

descentralização foi levada a um grau que nenhuma nação européia jamais suportaria. [...] Nos Estados Unidos, entretanto, a centralização governamental existe no mais elevado grau” (Tocqueville, 1977, p. 74). “Entre os americanos, a força que administra o Estado é bem menos regulada, menos esclarecida, menos sábia, mas cem vezes maior que na Europa. Não há um país no mundo onde os homens façam, em definitivo, tantos esforços para criar o bem-estar social. Não conheço mesmo um povo que tenha chegado a fundar escolas tão numerosas e tão eficazes; templos mais adequados às necessidades religiosas dos habitantes; estradas comunais mantidas em melhores condições” (Tocqueville, 1977, p. 77).

A admiração que Tocqueville nutria pelas instituições da América quanto à descentralização, não era o efeito administrativo delas, mas os seus efeitos políticos – “Nos Estados Unidos, a pátria faz-se sentir por toda parte. É objeto de anseios desde a aldeia até a União inteira. O habitante liga-se a cada um dos interesses de seu país como aos seus próprios” (Tocqueville, 1977, p. 79).

Tocqueville também explicita como a democracia se faz acompanhar de um progresso do individualismo. Proclamados e reconhecidos os direitos individuais, o gosto pela liberdade corrompe-se pela paixão pela igualdade, que favorece a difusão de um espírito majoritário e conformista. Por força de reclamar os mesmos direitos para todos, os indivíduos acabam por se contentar em reivindicar uma “igualdade” de condições sociais e de um modo de viver (Tourneau, 2005, p. 160).

A nação americana possibilitou uma nova visão para refletir sobre a questão da igualdade; sem um passado aristocrático, portanto sem revolução para destruir o antigo regi-

me, ela é um “estado social” novo. A igualdade fica aberta para todos e procura uma certa uniformidade de comportamentos, costumes e atitudes. “O social, se bem que partido em uma infinidade de indivíduos iguais, se reúne como tal: forma quase espontânea da soberania do povo e na qual os costumes, a educação, a religião, as leis, conjugam e redobram seus efeitos” (Furet, 1993, p. 1228).

Nessa passagem de indivíduo a cidadão, que na democracia norte-americana parece simples, é precisamente para Tocqueville a questão central dentro da democracia. De acordo com Furet (1993, p. 1228-1229), essa questão esteve presente na filosofia européia desde Hobbes a Rousseau. Isso se deve ao fato de que o homem democrático é um indivíduo separado de toda relação institucional preestabelecida com seus semelhantes, definido por seus interesses particulares, isolado e auto-suficiente. Tocqueville, que muito estudou Rousseau, partilha sua maneira de colocar a questão da democracia, mesmo recusando sua “solução”. O homem, isolado de seus semelhantes, aparece duas vezes na história universal, “nos dois extremos da civilização”: primeiro como selvagem, em seguida como homem democrático. Daí o retorno da velha questão, no segundo volume da Democracia, já que o primeiro não o exorcizou: “Em que condições a igualdade moderna dos indivíduos permite manter o vínculo social sem tocar na liberdade?” (Furet, 1993, p. 1229).

Para Tocqueville, o futuro democrático tem uma exigência política e também um dever moral: a aprendizagem da liberdade (Guellec, 1996, p. 11). À sua maneira, a democracia consiste numa igualdade de condições. Uma sociedade pode ser caracterizada de democrática quando não existem distinções de ordens e de clas-

ses, onde todos os cidadãos são socialmente iguais, o que não significa que intelectualmente falando sejam iguais ou economicamente iguais, o que para o autor, é impossível. A igualdade implica a inexistência de diferenças hereditárias de condições, ou seja, todas as profissões, dignidades e níveis sociais são acessíveis a todos. Em suma, a grande tese levantada é que a liberdade não pode estruturar-se na desigualdade, deve sim, estruturar-se sobre a realidade democrática da igualdade de condições, salvaguardada por instituições cujo modelo parecia estar surgindo na América (Aron, 1987, p. 209).

Tocqueville, confrontado com um novo mundo, considera fundamental uma ciência nova que permita assegurar a educação dos novos governantes. Em vários trechos da sua obra, afirma que “tive ocasião de fazer notar aos leitores qual era a influência exercida pelos conhecimentos e pelos hábitos dos americanos sobre a manutenção das suas instituições políticas. Na Nova Inglaterra, todo cidadão recebe noções elementares dos conhecimentos humanos; aprende, além disso, quais são as doutrinas e provas da sua religião: são-lhe dados a conhecer a história de sua pátria e os traços principais da Constituição”. Esclarece ainda que, “quanto mais se avança para o oeste ou para o sul, mais diminui a instrução do povo” (Tocqueville, 1977, p. 232-233).

Para ele, não resta dúvida de que a instrução do povo nos Estados Unidos serve poderosamente à manutenção da república democrática. “Creio eu que assim há de ser em toda parte onde não se separe a instrução que esclarece o espírito, da educação que regula os costumes.” (Tocqueville, 1977, p. 234). Além disso, “não basta ensinar os homens a ler e escrever para logo fazer deles

cidadãos. Os verdadeiros conhecimentos nascem principalmente da experiência, e se os americanos não tivessem sido habituados pouco a pouco a governar-se por si mesmos, os conhecimentos literários que possuem de modo algum lhes seriam hoje um grande auxílio para ter êxito neste particular” (Tocqueville, 1977, p. 234).

Tendo permanecido um tempo relativamente longo na América, pode com propriedade afirmar que o habitante dos Estados Unidos não tirou dos livros esses conhecimentos práticos e essas noções positivas: “a sua educação literária pode prepará-lo para recebê-las, mas de modo algum lhas forneceu” (Tocqueville, 1977, p. 234). Concluía que nos Estados Unidos, “o conjunto da educação dos homens é dirigido para a política; na Europa, a sua finalidade principal é preparar para a vida privada” (Tocqueville, 1977, p. 234).

Tocqueville considera o papel da família peça-chave da sociedade democrática pela homogeneização dos costumes. Se, por um lado, a democracia distende naturalmente as relações sociais, por outro lado, estreita as relações naturais. Para o funcionamento de uma sociedade democrática, considera que deve ser realizado um esforço constante e pujante para melhorar, elevar, moralizar as condições de cada um de seus membros, para alcançar o melhor com segurança, controlando todas as misérias humanas (Jardin, 1984, p. 348).

Em Boston, busca informar-se sobre a liberdade de ensino e também sobre a ajuda que as coletividades dão para a organização e manutenção do ensino. A educação ministrada é cristã e se conforma com a ordem moral que rege a sociedade americana. Destaca que o povo é esclarecido e um povo religioso. Analisa as diferenças da ins-

trução nos Estados do Norte e nos do Sul.

Com uma perspicácia típica do autor, ao entrar no recinto de uma livraria dos Estados Unidos, narra: “[...] quando se examinam os livros americanos que enfeitam as suas prateleiras, o número de obras parece muito grande, ao passo que o dos autores conhecidos parece, pelo contrário, muito reduzido. Encontra-se, em primeiro lugar, uma infinidade de tratados elementares, destinados a dar as primeiras noções dos conhecimentos humanos” (Tocqueville, 1977, p. 355).

Tocqueville aprecia, em relação à América do Norte, o caráter eminentemente prático. Dentro do espírito da época, ressalta que

nas sociedades democráticas, o interesse dos indivíduos, tal como a segurança do Estado, exige que a educação do maior número seja científica, comercial e industrial, antes que literária. O grego e o latim não devem ser ensinados em todas as escolas; mas é importante que aqueles que, por natureza ou fortuna, são destinados a cultivar as letras ou predispostos a apreciá-las, encontrem escolas onde se possam tornar perfeitamente senhores da literatura antiga e imbuir-se inteiramente do seu espírito. Algumas excelentes universidades valeriam mais, para alcançar esse objetivo, que uma infinidade de maus colégios, onde mal feitos estudos superficiais impedem fazer bem estudos necessários (Tocqueville, 1977, p. 360-361).

As lições de Tocqueville

Estou em equilíbrio entre o passado e o futuro, não me sinto natural e instintivamente ligado nem a um nem ao outro, e não necessitei de muitos esforços para ter olhares tranqüilos para os dois lados. (Carta de Tocqueville para seu tradutor inglês, em 1837, in Guellec, 1996, p. 43).

As obras do passado, consideradas muitas vezes como clássicas aos leitores do presente, constituem um capital intelectual suscetível de serem redescobertas e instrumentalizadas segundo as lógicas contemporâneas de diferenciação e de oposição próprias do campo das ciências sociais e humanas. Nessa perspectiva, Tocqueville deve ser lido como um produto de seu tempo e testemunha de um saber em construção sobre o mundo social (Lardinois, 2000, p. 87).

A grande convicção que domina a obra de Tocqueville, e que em parte o distancia de outros liberais, é um certo pessimismo resignado a uma visão histórica, “é que há contradição e, no limite, incompatibilidade entre a liberdade e a democracia” (Burguière, 1993, p. 747).

Para Rémond (1977, p. 5), a atualidade de Tocqueville reside na capacidade de “associar uma acuidade de observação, uma sagacidade para discernir o essencial, uma lucidez na pesquisa das causas que lhe darão uma reputação científica, a uma reflexão sobre o futuro das sociedades”. Aspira a uma sociedade política onde todos se submeterão à lei, onde os movimentos serão regulados por ela, mas onde a lei ela mesma se conformará a uma justiça mais alta. Em um mundo onde a violência prevalece sobre o respeito à regra do direito, este apelo à liberdade não é particularmente atual? A virtude das grandes obras é o segredo da sua universalidade, em que escritos de conjunturas particulares têm a propriedade de parecerem atuais, como reflexo dos nossos problemas e espelho de nossas experiências.

Para Dubois (1993, p. 4), a atualidade do autor e sua obra é a “pertinência de uma síntese aberta da diversidade das influências que atravessam a sociedade democrática e a certeza que as tendências fundamentais da evolução social deixam

aos homens o exercício de uma liberdade efetiva lhes dando a capacidade de influir no percurso das coisas”. Pensador social, que analisa a sociedade como uma totalidade; pensador político, que faz da liberdade política uma das condições primordiais de base de todas as relações sociais; sociólogo liberal, que busca conciliar as necessidades individuais e coletivas em uma visão de sociedade por sua vez estática e dinâmica (Dubois, 1993, p. 32).

Ao analisar a atualidade da obra de Tocqueville, Benoît (2005, p. 27) é mais sarcástico com o nosso tempo, quando afirma que “permite julgar a mediocridade dos tempos presentes”.

Tocqueville, como todo pensador, também tem posições contraditórias. Ao mesmo tempo em que defende a democracia na América, recomenda a colonização da Argélia e de outros países da África pela França, como uma “questão de saúde pública e de honra nacional” (Plenel, 2005, p. 7). Também Said (1995, p. 236) chama a atenção para esse aspecto: “Alguns, como Tocqueville, que criticou severamente a política americana em relação aos negros e aos índios autóctones, acreditava que o avanço da civilização européia exigia que se infligissem crueldades aos *indigènes* muçulmanos: a seu ver, a conquista total era equivalente à grandeza da França.” Comenta ainda que “os intelectuais europeus tinham a propensão de atacar os abusos dos impérios rivais, enquanto atenuavam ou desculpavam as práticas de seu país”.

O estudo da obra *Democracia na América* e de algumas idéias de Tocqueville, importantes para a compreensão do projeto liberal de educação, explicita o “peso das idéias na história, a capacidade que elas têm (num tempo não necessariamente longo) de transformar os modos de

pensar e de viver, de modificar e orientar comportamentos” (Rossi, 2000, p. 12). As idéias centrais de Tocqueville possibilitam que sejam reinterpretadas com significados novos, na perspectiva colocada por Rossi (2000, p. 17): “A diferença de interpretação dos nossos predecessores é em tudo e por tudo igual à diferença das nossas interpretações aos olhos dos nossos sucessores.” As idéias defendidas não são pensamentos para serem cristalizados e isolados em sua historicidade, mas, ao contrário, abrem o diálogo entre o passado e o presente, permitindo que nos coloquemos frente a frente com a realidade histórica de produção e apropriação de sentido para a concretização de uma sociedade democrática.

Referências

- ARON, R. 1987. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo, Martins Fontes; Brasília, Editora Universidade de Brasília, 884 p.
- BASTOS, M.H.C. 1999. Menezes Vieira e Rui Barbosa: parceiros no projeto de modernização da Educação Brasileira. In: L.M. de FARIA FILHO (org.), *Pesquisa em História da Educação: Perspectivas de análise: Objetos e Fontes*. Belo Horizonte, HG Edições, p. 45-68.
- BASTOS, M.H.C. 2002a. Leituras da ilustração brasileira: Célestin Hippeau (1803-1883). *Revista Brasileira de História da Educação*, 3:67-112.
- BASTOS, M.H.C. 2002b. *Permuta de luzes e idéias: As Conferências Pedagógicas dos professores públicos primários do Município da Corte (1873-1886?)*. Porto Alegre, mimeo.
- BASTOS, M.H.C. 2002c. *Permuta de luzes e idéias. As conferências populares da Freguesia da Glória (1873-1890)*. In: Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação, 2, Natal, 2002. *Anais...* Natal, UFRN, CD-ROM.
- BASTOS, M.H.C. 2002d. Luzes do futuro: O Congresso de Instrução – Rio de Janeiro (1883-1884). *Ícone Educação*, 8(1/2):153-182.

- BENOÎT, J.-L. 2005. Histoire: Tocqueville à l'honneur. *Journal 20 Minutes*, Paris, Lundi 23 mai, p. 27.
- BENOÎT, J.-L. 2005. *Tocqueville, um destin paradoxal*. Paris, Bayard, 371 p.
- BOUDON, R. 1993. Préface. In: M. DUBOIS, *Les fondateurs de la pensée sociologique*. Paris, Edition Marketing, p. 5-6.
- BOUDON, R. 2005. *Tocqueville aujourd'hui*. Paris, Odile Jacob, 300 p.
- BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. 1998. Prefácio: Sobre as artimanhas da razão imperialista. In: M.A. NOGUEIRA e A. CATANI, *Pierre Bordieu: Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, 251 p.
- BURGUIÈRE, A. (org.). 1993. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro, Imago Editora, 693 p.
- CARELLI, M. 1993. *Cultures croisées: Histoire des échanges culturels entre la France et le Brésil de la Découverte aux Temps Modernes*. Paris, Nathan, 250 p.
- CARUSO, M. 2003. La oficialización del método lancasteriano: América Latina en el contexto del movimiento internacional por la educación mutua. In: Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana: Historia de las Ideas, Actores e Instituciones Educativas, 6, San Luis Potosí/México, 19 a 23 de mayo 2003. Mimeo, 24 p.
- CARVALHO, M.C. de. 1998. Por uma História cultural dos saberes pedagógicos. In: C.P. SOUSA e D.B. CATANI (orgs.), *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo, Escrituras, p. 31-40.
- COENEN-HUTHER, J. 1997. *Tocqueville*. Paris, PUF, 127 p.
- COSTA, W.P. 2003. Voyages et pèlerinages: trajectoires d'intellectuels dans les deux mondes. In: D. ROLLAND; E.R. BASTOS e M. RIDENTI (orgs.), *Intellectuels et politique Brésil-Europe XIXe-XXe siècle*. Paris, L'Harmattan, p. 27-49.
- DUBOIS, M. 1993. *Les fondateurs de la pensée sociologique*. Paris, Edition Marketing.
- FRIJHOFF, W. 1981. Sur l'utilité d'une histoire comparée des systèmes éducatifs nationaux. *Revue Histoire de l'Éducation*, 13:29-41.
- FURET, F. 1993. Tocqueville: Da Democracia na América (Verbete). In: F. CHATELET; O. DUHAMEL e E. PISIER, *Dicionário de obras políticas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 1222 -1236.
- GIBERT, P. 1977. *Alexis de Tocqueville: Égalité sociale et liberté politique*. Paris, Aubier Montaigne.
- GAUCHET, M. 1998. *La religion dans la démocratie: Le parcours de la laïcité*. Paris, Gallimard, 127 p.
- GUELLEC, L. 1996. *Tocqueville: L'apprentissage de la liberté*. Paris, Michelon, 121 p.
- GONDRA, J.G. 2000. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. São Paulo, SP. Tese de doutorado em Educação. FEUSP, 567 p.
- HILSDORF, M.L. 2002. Francisco Rangel Pestana. In: M. de L. FÁVERO e J. de M. BRITTO (orgs.), *Dicionário de educadores do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ; Brasília, INEP, p. 388-407.
- HOBSBAWM, E.J. 1988. *A era do capital: 1848-1875*. 4ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 343 p.
- JARDIN, A. 1984. *Alexis de Tocqueville*. Paris, Hachette, 582 p.
- JASMIN, M.G. 2001. História, política e modernidade: Das relações entre Arendt e Tocqueville. In: E.J. de MORAES e N. BIGNOTTO (orgs.), *Hannah Arendt: Diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte, UFMG, p. 262-269.
- JULLIEN, M.-A. 1998. Esquisse et vues préliminaires d'un ouvrage sur l'éducation comparée. In: *Education comparée*. Les Sciences de l'éducation pour l'ère nouvelle. Paris, Harmattan, p. 183-236.
- LARDINOIS, R. 2000. L'invention de Tocqueville. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 135:76-87.
- LOSURDO, D. 1998. *Hegel, Marx e a tradição liberal: Liberdade, igualdade, Estado*. São Paulo, UNESP, 244 p.
- MACHADO, M.C.G. 2002. *Rui Barbosa: pensamento e ação*. Campinas, Autores Associados; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 185 p.
- MÉLONIO, F. 1998. 1815-1880. In: A. de BAECQUE e F. MÉLONIO, *Lumières et liberté: Les dix-huitième et dix-neuvième siècles*. Paris, Éditions du Seuil, p. 190-347.
- NÓVOA, A. 1998a. *Histoire & comparaison: Essais sur l'éducation*. Lisboa, Educa, 209 p.
- NÓVOA, A. 1998b. Modelos d'análise em educação comparée: le champ et la carte. In: *Education comparée*. Les Sciences de l'éducation pour l'ère nouvelle. Paris, Harmattan, p. 29-62.
- PAIM, A. 1998. Prefácio. In: A. de TOCQUEVILLE, *A Democracia na América*. Belo Horizonte, Itatiaia, p. I-VIII.
- PLENEL, E. 2005. Cette loi déshonore la République. *Le Monde* 2, Paris, n. 62, samedi, 23 avril.
- RÊGO, W.D.L. 2003. Le fédéralisme et la fondation d'une nation. In: D. ROLLAND; E.R. BASTOS e M. RIDENTI (orgs.), *Intellectuels et politique Brésil-Europe XIXe-XXe siècle*. Paris, L'Harmattan, p. 50-65.
- RÉMOND, R. 1977. Préface. In: P. GIBERT, *Alexis de Tocqueville: Égalité sociale et liberté politique*. Paris, Aubier Montaigne, p. 5-10.
- ROBIN, G. de. 2000. *Alexis de Tocqueville*. Paris, Flammarion.
- ROLLAND, D.; BASTOS, E.R. e RIDENTI, M. (orgs.). 2003. *Intellectuels et politique Brésil-Europe XIXe-XXe siècle*. Paris, L'Harmattan, 259 p.
- ROLLAND, D. 2003. Conjonctures communes et limites des comparaisons entre l'Europe et l'Amérique lusophone et hispanophone. In: D. ROLLAND; E.R. BASTOS e M. RIDENTI (orgs.), *Intellectuels et politique Brésil-Europe XIXe-XXe siècle*. Paris, L'Harmattan, p. 13-26.
- ROSSI, P. 2000. *Naufraágios sem espectador: A idéia de progresso*. São Paulo, Ed. UNESP, 154.
- SAID, E.S. 1995. *Cultura e imperialismo*. São Paulo, Cia. das Letras, 127p.
- SCHNERB, R. 1961. O século XIX: o apogeu da civilização européia. In: M. CROUZET (dir.), *História geral das civilizações*. 2ª ed., São Paulo, Difusão Européia do Livro, Tomo VI, p. 9-10.
- SEPÚLVEDA, C. 1998. A influência da literatura francesa na literatura brasileira: um breve inventário. *Revista ABIGRAF*, p. 12-16.
- TOCQUEVILLE, A. de. 1977. *A democracia na América*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 597 p.
- TOCQUEVILLE, A. de. 1998. *A democracia na América*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 597 p.
- TOURNEAU, C. Le. 2005. O acervo de obras raras em francês do CIBEC. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 86(213/214):147-161.
- VAN DAELE, H. 1993. *L'éducation comparée*. Paris, PUF, 127 p.
- VELEZ RODRIGUES, R. 1999. Tocquevi-

- lle au Brésil. *La Revue Tocqueville/The Tocqueville Review*, **20**(1):147-176.
- WARDE, M.J. 2003. O itinerário de formação de Lourenço Filho por descomparação. *Revista Brasileira de História da Educação*, **5**:125-167.
- WEIL, N. 2005. Peut-on encore être "Tocquevillien?" *Le Monde*, Paris, lundi 30 mai, p. 13.

Submetido em: 10/08/2006

Aceito em: 04/12/2006